

NOME PRÓPRIO: INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E INCIDÊNCIAS CLÍNICAS DA NOMEAÇÃO NA OBRA DE LACAN

*Keilah Freitas Gerber**
*Susane Vasconcelos Zanotti***

RESUMO

O artigo aborda a nomeação na clínica psicanalítica partindo da recomendação lacanianiana de que o analista deve atentar a como o paciente se chama, pois o nome próprio nunca é indiferente. Mediante a elaboração de um Tesouro, analisamos as principais influências teóricas de Lacan sobre a nomeação passando por autores como Allan Gardiner, Bertrand Russell, Gottlob Frege e Claude Lévi-Strauss; abordamos, também, as proposições de Saul Kripke. A partir das aproximações e contraposições às obras de diferentes teóricos, Lacan constrói sua própria concepção sobre o nome próprio que culminará na teorização sobre o *sinthoma*.

Palavras-chave: nome próprio; clínica psicanalítica; Lacan; *sinthoma*.

PROPER NAME: THEORETICAL INFLUENCES AND CLINICAL INCIDENCES OF NAMING IN LACAN'S THEORY

ABSTRACT

The paper addresses the proper name in the psychoanalytic clinic based on the Lacanian recommendation that the analyst should pay attention to what the patient is called, since the name is never indifferent. Through the elaboration of a Thesaurus, we analyze the main theoretical influences of Lacan on the nomination passing through authors like Allan Gardiner, Bertrand Russell, Gottlob Frege and Claude Lévi-Strauss; we also approach

*Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, doutoranda em Estudos Psicanalíticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e autora do livro *Fazer-se um nome/EDUFAL*.

**Professora associada do Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

the propositions of Saul Kripke. From the approaches and contrapositions to the works of different theorists, Lacan constructs his own conception on proper name that will culminate in the theorization on the sinthome.

Keywords: proper name; psychoanalytic clinic; Lacan; sinthome.

NOMBRE PROPIO: INFLUENCIAS TEÓRICAS E INCIDENCIAS CLÍNICAS DEL NOMBRAMIENTO EN LA TEORÍA DE LACAN

RESUMEN

El artículo aborda el nombramiento en la clínica psicoanalítica partiendo de la recomendación lacaniana de que el analista debe atender a cómo el paciente se llama, pues el nombre propio nunca es indiferente. A través de la elaboración de un Tesauro, analizamos las principales influencias teóricas de Lacan sobre el nombramiento pasando por autores como Allan Gardiner, Bertrand Russell, Gottlob Frege y Claude Lévi-Strauss; también abordamos las proposiciones de Saul Kripke. A partir de las aproximaciones y contraposiciones a las obras de diferentes teóricos, Lacan construye su propia concepción sobre el nombre propio que culminará en la teorización sobre el sinthoma.

Palabras clave: nombre propio; clínica psicoanalítica; Lacan; sinthoma.

“Um nome deve significar alguma coisa?”

Alice perguntou ambigüamente.

Lewis Carroll

Lacan (1961-1962/2003) afirma que nunca é indiferente a forma como o paciente se chama. Se os nomes são solicitados na análise, seja por qual pretexto for, é importante observar que toda a espécie de coisas pode se esconder por trás do apagamento que haveria no nome, inclusive as relações que o analisante tem para colocar em jogo com algum outro sujeito. É preciso que os analistas saibam disso, pois muito material pode ser trazido ao nome (Lacan, 1961-1962/2003). A função do nome próprio se acha enredada no campo da experiência analítica, “mais específica do que qualquer outra, de ali implicar o sujeito” (Lacan, 1964-1965/2006, p. 80). E, nesse sentido, o nome é fundamentalmente aquilo que chama a falar (Lacan, 1971/2009).

Tanto o interesse de Lacan quanto a amplitude das discussões sobre o tema ao longo do seu ensino fundamentam a presente investigação.

A partir da produção de um Tesouro, ou seja, de uma indexação de referências à nomeação previamente selecionadas, identificamos as principais influências teóricas de Lacan e as suas próprias construções sobre o nome próprio.

INFLUÊNCIAS TEÓRICAS

As produções teóricas a respeito do nome próprio de áreas como a Filosofia, a Linguística e a Lógica não passaram despercebidas por Lacan (1964-1965/2006, p. 45):

do que se chama o nome próprio, vocês veem uns apreenderem aí o que há de mais indicativo, outros o que há de mais arbitrário, então do que parece o menos indicativo; um o que há de mais concreto, o outro o que parece ir no sentido oposto, o que há de mais vazio; um o que há de mais carregado de sentido, o outro o que é o mais desprovido.

Ao analisar tais produções, Lacan mostra não desconhecer a divergência conceitual existente entre elas. Ao longo de seu ensino, ele convoca saberes externos à psicanálise para abordar o nome próprio - não para submeter a psicanálise a tais saberes, mas para encontrar um complemento naquilo que a psicanálise tem para dizer sobre esse significante (Lacan, 1961-1962/2003). Ou seja, ele utiliza tais formulações como meio de controle da coerência interna das suas proposições.

As primeiras formulações de Lacan sobre o nome próprio que abordaremos estão concentradas principalmente no *Seminário 9 - A identificação* e *Seminário 12 - Problemas cruciais para a psicanálise*, que foram proferidos entre os anos de 1961-1962 e 1964-1965, respectivamente. Isso significa que eles estão inseridos num momento em que a linguística está em cena como condição de ciência para a psicanálise. A aposta de Lacan pela linguística tem como marco o “Discurso de Roma” - como ficou conhecido o relatório “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, de 1953 (Milner, 2010), em que proferiu a célebre frase: “o inconsciente [...] é estruturado como uma linguagem” (Lacan, 1966/1998, p. 882). Nele Lacan defende uma mudança epistemológica que orientará o seu pensamento nas décadas de 1950 e 1960 (Milner, 2001).

A decisão teórica de Lacan pela linguística, especialmente a linguística estrutural apresentada pela tradição saussuriana e pelas contribuições de Jakobson, permitiu a ele estabelecer a legitimidade e fecundidade de novos conceitos por levar a sério o seu desenho científico e submetê-la à exigência de literalização (Milner, 2010). Por outro lado, a linguagem que importa à psicanálise é aquela que está às margens da linguística, ou seja, não completamente dentro, mas em contato constante (Milner, 2010).

Tal modo de abordar a linguística, assim como a lógica e a filosofia, repercutiu no modo como Lacan interpelou o nome próprio. Ele conclui que todos os teóricos tropeçam “ao redor disso que seguramente é mais especialmente indicativo, denotativo que um outro, mas que se é incapaz de dizer em quê” (Lacan, 1964-1965/2006, p. 72). Apesar da dificuldade de definir incontroversamente o nome próprio, Lacan, a partir das aproximações e contraposições que faz à obra de diversos autores, constrói a sua própria formulação sobre o nome próprio. Apresentaremos os teóricos referidos por Lacan na sequência em que ele os introduz em seus seminários. Para esclarecer alguns pontos teóricos e controvérsias foi necessário introduzir a concepção de outros autores, como é o caso de Frege, por exemplo, de quem Russell diverge.

GARDINER, RUSSELL, FREGE E MILL

O primeiro autor evocado por Lacan é Sir Allan Gardiner, que, em 1957, escreveu um ensaio polêmico, intitulado *A teoria dos nomes próprios*, em resposta às formulações de Bertrand Russell (Lacan, 1961-1962/2003). O interesse de Lacan por Gardiner está associado à relação entre a estrutura fonemática do nome próprio com a letra (Carvalho, 2004). Ou seja, Lacan se interessava pela conexão entre a representação gráfica que marca uma escrita e a representação sonora e seus efeitos. Ele afirma que a parte de verdade no discurso de Gardiner diz respeito ao nível do fonema na estrutura de linguagem (Lacan, 1964-1965/2006). O questionamento sobre os fonemas se prolongou por muitos anos visto que no Seminário 23 - *O sinthoma*, Lacan (1975-1976/2007, p. 74) afirma que “o ponto fulcral no qual permaneço em suspenso é o de saber a partir de que momento a significância, ao ser escrita, distingue-se dos simples efeitos de fonação. É a fonação que transmite a função própria do nome”.

Para compreender a crítica de Gardiner é necessário analisar o trabalho de Russell sobre o nome próprio. Russell, lógico matemático, faz um esforço de formalização tão econômica quanto possível da teoria dos conjuntos (Lacan, 2001/2003). Ele define o nome próprio como: *words for particulars*, uma palavra que designa os particulares como tais, sem que haja qualquer descrição, nenhuma referência às características ou qualidades daquele que é nomeado (Russell, 1956). E nesse quesito, embora Russell (1956) atribua mérito às formulações de Frege, ele não deixa de ser seu crítico. Podemos dizer que Russell responde com sua teoria à distinção, na nomeação, entre referência (*Bedeutung*) e sentido (*Sinn*) formulada por Frege.

O nome próprio para Frege (2009) não corresponde ao uso comum que fazemos da locução *nome próprio* - para ele trata-se de um sinal que tem condições restritas de significado, uma expressão saturada que designa. A locução “estrela da manhã” ou “2+2”, por exemplo, são nomes próprios que possuem um sentido (*Sinn*) e um referente (*Bedeutung*). Para ele um referente pode ter mais de um sentido: as expressões 2+2 e 6-2 são dois modos distintos (dois sentidos) de apresentar um mesmo referente, o número 4. Há, por outro lado, expressões que possuem sentido sem que seja possível determinar o referente; como, por exemplo, “o corpo celeste mais distante da terra” (Frege, 2009, p. 133). O referente nesse caso é desconhecido, indefinido. Assim, “um nome próprio deve ter pelo menos um sentido [...], senão ele será apenas uma mera sequência vazia de sons, e seria ilegítimo chamá-lo de nome” (Frege, 2009, p. 168). A acepção dada por ele à palavra *sentido* é: o que medeia a expressão e o seu referente.

Desse modo, enquanto que para Frege o nome próprio requer necessariamente um sentido, em Russell o nome próprio é abordado pela via da referência. Russell (1956), ao definir o nome próprio como *words for particulars*, destaca que particular é uma definição puramente lógica e consiste nos termos de relações em fatos atômicos - os mais simples fatos lógicos. Enquanto palavras para particulares, os nomes próprios devem fazer referência àqueles que são nomeados sem incluir descrições. Nomes como o de Sócrates e de Platão, por exemplo, “foram originalmente destinados a cumprir essa função de representar particulares, e nós aceitamos na vida cotidiana comum como particulares todos os tipos de coisas que realmente não o são. [...] são realmente abreviaturas para

descrições!” (Russell, 1956, p. 200, tradução nossa). Sócrates, por exemplo, não seria um particular por carregar descritivos: o mestre de Platão, o homem que tomou cicuta etc. De uma maneira radical, as únicas palavras a serem empregadas como nomes próprios são o *this* ou o *that* que cumprem o requisito de ter uma ligação direta com o referente. Ou seja, o nome “é meramente um meio de apontar para a coisa²” (Russell, 1956, p. 245, tradução nossa). Dito isso, o nome próprio serve, para Russell, única e exclusivamente para designar dados dos sentidos. É uma marca identificatória.

Lacan (1961-1962/2003) apresenta a teoria de Russell, sem endossá-la, para introduzir os argumentos de Gardiner. Além da questão já anunciada sobre a relação entre estrutura fonemática e a letra no nome próprio, o nexo entre sentido (*Sinn*) e referência (*Beudeutung*) também parece interessar a Lacan. Isso é inferido especialmente pelo retorno em seu texto de questões que versam sobre um nome ter ou não um sentido, incluir ou não uma descrição, e as suas possíveis relações com o referente. Ou seja, se um sentido ou descrição acompanha a designação de um referente ou se a nomeação visa apenas identificar aquele que é nomeado. Lacan assinala, opondo-se a Russell, que o nome próprio não pode ser considerado um mero meio de apontar o referente - as questões sobre o sentido ainda não estão esgotadas.

Gardiner, linguista e egiptólogo, faz referência em seu texto a John Stuart Mill e a Dionysius Thrax - mais detidamente a Mill, que classifica os nomes entre os que conotam (constantes no dicionário que possuem uma definição estabelecida) e os que denotam (que denominam sem portar nenhum sentido) (Lacan, 1964-1965/2006). O nome próprio para Mill não significa, mas identifica aquele que é nomeado por meio de uma marca distintiva localizada sobre a ideia que se tem do objeto (Gardiner, 1957). Enquanto que para Mill o nome próprio é uma marca distintiva, Gardiner o define por sua unidade acústica distintiva, seu som.

Os nomes próprios como o de Napoleão e Platão não perdem, para Gardiner (1957), a qualidade de nomes próprios por terem predicativos agregados a eles. Platão é um mero rótulo de som que pode despertar a memória de certas informações, mas não descrições. Gardiner (1957), tal como Russell e Mill, considera que o nome próprio independe do seu significado. O inconveniente de elidir o sentido do nome próprio

como fazem Russell, Mill e em menor medida Gardiner, segundo Lacan (1964-1965/2006), é que alguns nomes portam um sentido, especialmente em função de sua origem: Hunter, por exemplo, é um sobrenome originário da língua inglesa que indica aquele que caça, ou seja, um caçador. A afirmação de Lacan pode soar estranha, mas parece que ele aqui já apontava para os elementos significantes associados ao nome próprio no âmbito da significação. Ou seja, ele parece sugerir que não devemos desconsiderar completamente o sentido associado a um nome próprio, pois isso pode ter efeito sobre aquele que é nomeado. As questões relacionadas ao sentido começam a aparecer.

O reconhecimento do nome próprio como som distintivo instrui sobre a forma como esse significante deve ser tomado não por ser fato de linguagem e sim fato de fala. Isso para Gardiner (1957), não para Lacan. Poderíamos introduzir a esse respeito uma questão: se toda língua é feita com sons distintivos que compõem toda e qualquer palavra de seu vocabulário, o que caracterizaria ou distinguiria o nome próprio de um nome comum? Prevendo questões como estas, Gardiner (1957, p. 69; tradução nossa) introduz a noção subjetiva dispensada ao material sonoro: “a diferença entre nomes próprios e substantivos que não são nomes próprios é quase puramente psicológica, e depende da importância atribuída ao som do primeiro pela comunidade linguística em geral³”. Assim, o que marca a distinção entre nomes próprios e nomes comuns para Gardiner é a força significativa do som dos nomes próprios que são socialmente reconhecidos como tais em determinada cultura.

Ao fazer valer a referência psicológica ao som do nome próprio Gardiner fracassa (Lacan, 1961-1962/2003). Apesar de reconhecer que desde que o homem é homem possui uma função vocal como falante, Lacan questiona se poderíamos levar em conta a advertência psicológica. Ele afirma que “há um sujeito que não se confunde com o significante como tal, mas que se desdobra nessa referência ao significante, com traços, com características perfeitamente articuláveis e formalizáveis” (Lacan, 1961-1962/2003, p. 89). Desse modo Lacan marca que não há confusão entre o acento dado por Gardiner à função do sujeito no sentido psicológico com o acento da função do sujeito no sentido estrutural, da estrutura de linguagem.

MARCA, NÃO TRADUZIBILIDADE, LETRA E SIGNIFICAÇÃO

A crítica lacaniana a Gardiner não se restringe ao peso da função psicológica. Ao citar James Février em *A história da escrita*, Lacan (1961-1962/2003) destaca que no material pré-histórico é encontrada uma infinidade de traçados que têm função significante, são marcas distintivas surgidas antes da estruturação da escrita propriamente dita. Nessas marcas Lacan identificou significantes aguardando serem sonorizados. Quando tais marcas foram vocalizadas e fonetizadas, passaram a funcionar como a escrita que conhecemos. Com isso, Lacan destaca que uma das características do nome próprio é a de se ligar ao traço de sua escrita, a essa marca. Portanto, o nome próprio enquanto marca ganha relevo em sua teoria não vinculada ao som - como propôs Gardiner -, mas à letra - como indica Mill. A emissão nomeadora “é da ordem da letra” (Lacan, 1961-1962/2003, p. 90), ou seja, o nome próprio enlaça algo da emissão vocálica com um traço da letra. A letra, nesse momento do ensino de Lacan, é apresentada como suporte material do significante, tal como ele a designa em “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (Lacan, 1966/1998).

Lacan, ao trabalhar com a noção de marca, pontua que a linguagem é definida como um registro, uma função capaz de funcionar fora da consciência do sujeito e caracterizada por valores estruturais próprios que levam a sua inscrição. Sendo o nome próprio um enraizamento do sujeito, ele traz consigo a marca da sua não tradução para as outras línguas (Lacan, 1962-1963/2003); o nome próprio se transfere, se translitera, ou seja, se transpõe o som de símbolos de determinado sistema linguístico por meio da escrita fonética de outro sistema linguístico (Campos, 2000). Um exemplo de transliteração pode ser extraído da palavra hebraica אַבְרָהָם que é, em português, Abraão. Abraão não é a tradução da palavra אַבְרָהָם, mas a transliteração do substantivo primitivo אָב (pai) e uma derivação do substantivo árabe *rubāmun* (multidão) que formam a palavra *'abrāhām*. O seu significado (tradução) é: *pai de uma multidão* (Harris, 1998). Sobre essa característica do nome próprio, Lacan (1961-1962/2003, p. 101) afirma “isso não é um fato contingente [...] é aqui que jaz, que reside a propriedade muito particular do nome, do nome próprio na

significação”. Portanto, ao extrapolar a exigência de sentido absoluto ou a sua completa elisão no nome próprio, encontramos em Lacan (1964-1965/2006) um outro termo: o da significação. A significação na obra lacaniana parece surgir como uma resposta às questões sobre o sentido ou descrição associada ao nome próprio. Lacan (1964-1965/2006, p. 65) observa que quando duas pessoas são apresentadas

já há um certo número de referências que vêm imediatamente com o nome próprio. Também pode acontecer que vocês tenham escutado meu nome em algum lugar. Então, naturalmente, isso se enriquece. Dizer que um nome próprio, em suma, é sem significação, é alguma coisa de grosseiramente errada!

O nome, dessarte, é uma marca que se abre à leitura (Lacan, 2005). A leitura possível do nome se dá pela significação que só é possível na medida em que é remetida a outra significação. Assim como o significante não está colado na coisa, no significado e tampouco em uma significação específica (Lacan, 1966/1998), o nome próprio é para o sujeito algo a significar que não está previamente dado, é contingente. A partir do nome, o homem cria, constrói uma trama de significações que *a priori* não está lá.

A indicação de Lacan (1971/2009) de que um nome próprio só é totalmente estável no mapa em que designa um deserto, mostra que o nome próprio na teoria lacaniana é um significante instável (Mandil, 2003). Instável justamente porque a ele são agregadas e excluídas significações. Em razão dessa volubilidade é possível dizer que o nome próprio se distingue de um saber (Lacan, 2001/2003). O sujeito sabe daquilo que ele acredita saber, “o sujeito consciente não passa de um sujeito suposto saber, saber o que ele pensa [...] um sujeito que verdadeiramente não sabe, que se contradiz, muda de opinião, muda de saber” (Miller, 2011, p. 107). Há, portanto, na relação do sujeito com o nome próprio uma suposição de saber que diz respeito à significação - não à verdade - e que inclui um não saber.

Até aqui Lacan já aponta questões importantes sobre a sua própria concepção do nome próprio: a não traduzibilidade; o sentido como elemento presente, mas não determinante - a significação como resposta à identificação do sujeito ao seu nome próprio; o reconhecimento da ligação

do nome ao referente, mas sem colocar a designação como ponto central da nomeação; ele destaca ainda a função sonora do nome próprio, importante no processo de deslocamento e condensação, mas não sem vinculá-la à letra enquanto marca. Lacan, portanto, relaciona o nome próprio à marca distintiva, à letra, implicando a própria estrutura da linguagem nesse processo. A questão da nomeação, no entanto, não se encerra aqui.

LÉVI-STRAUSS, O DOADOR DE NOME E A SUTURA

Lacan (1964-1965/2006) também faz referência ao livro *O pensamento selvagem do* antropólogo Lévi-Strauss. Para Lévi-Strauss (2008), a distinção entre nomes próprios e nomes comuns não está na relação entre denominação e significação. O que torna um nome mais ou menos próprio também não é determinado de maneira intrínseca ou por comparação com outras palavras da linguagem. Nomes próprios podem servir de nomes comuns e o contrário também, afirma, “o sistema funciona por bombeamento alternado da carga semântica, dos nomes comuns aos nomes próprios e da língua profana à língua sagrada” (Lévi-Strauss, 2008, p. 235). Para ele, os nomes próprios seriam significativos de vinculação a classes estabelecidas por cada sociedade ou grupo social, que determinam o que pode ser nome comum ou nome próprio em cada situação. Desse modo, o ato de nomear implica necessariamente referência a um sistema classificatório cuja importância resulta em introduzir ordem no mundo. O sistema de classificações apresentado por ele é complexo e comporta várias dimensões.

Lévi-Strauss (2008), a partir da observação das culturas que estudou, distingue a figura do portador e do doador de nome. O doador do nome é responsável pela criação do nome doado; apesar de usufruir de certa liberdade criativa, ele deve observar as regras de nomeação próprias à estrutura social a que pertence. Uma vez que há um doador de nome, Lévi-Strauss observa a implicação, na nomeação, de uma objetividade subjetivada que extrapola a observação das regras culturais de doação de nome. A indeterminação do nome próprio encobre tal relação entre doador e portador, mas não passou despercebida por Lacan (1964-1965/2006, p. 73), que destaca que o “nome próprio é um nome doado. [...] É aqui que

Claude Lévi-Strauss se deterá para dizer, e dizer com razão, que o problema do nome próprio não poderia ser tratado sem introduzir uma referência estrangeira ao campo propriamente linguístico”. Há um outro que nomeia e isso nunca é indiferente àquele que é nomeado. Essa referência que está fora do campo linguístico contribui com elementos significantes que podem ser tomados junto com o nome próprio - não apenas em referência ao campo simbólico. O doador do nome participa pela via da significação e também entra com elementos que apontam para o real.

A despeito das aproximações entre Lévi-Strauss e Lacan, entre eles há também divergências. Lévi-Strauss, como já apontado, tenta mostrar que o nome próprio não se liga a nada exceto a categorias classificatórias em suas oposições. A essa redução do nome próprio Lacan (1964-1965/2006) se opõe, pois a nomeação se coloca justamente no ponto em que a classificação tropeça, diante de uma falta estrutural do sujeito, para mascará-la. Ou seja, o nome próprio tem efeito de sutura para aquilo que do sujeito é um buraco estrutural.

A sutura é o que nomeia a relação do sujeito à cadeia de seu discurso, ela aparece onde a falta ocorre, como um substituto do que, ainda que faltando, não se faz de todo ausente (Miller, 1990). Vale dizer que o termo sutura vem de Frege e foi introduzido por Jacques-Alain Miller a Lacan que logo o colocou para funcionar como um conceito seu (Laurent, 1999). A partir do texto *Grundlagen der Arithmetik* de Frege, Miller (1990) explora as relações entre 0 e 1 a fim de examinar a sutura como o que supre a falta na estrutura da qual é elemento. A sutura está na posição de lugar-tenente, ou seja, substituto. Miller (1990) demonstra que o número 0 enquanto conceito não integra no real nada além de um espaço vazio, de uma ausência. Apesar disso, na sequência dos números ele é contado como 1 e, por isso, afirma-se que o 0 é não idêntico a si mesmo. Para esclarecer melhor como isso opera, tomemos o exemplo: se fosse solicitado que disséssemos a quantidade de membros da sequência de números naturais que vão até o três, encontraríamos o número 4 como resposta, pois na ordem dos números o 0 é o primeiro a ser contado: 0, 1, 2, 3 = 4. O 0, portanto, é contado como 1 e “por isso dizemos: objeto não idêntico a si mesmo provocado (rejeitado) pela verdade, instituído (anulado) pelo discurso (a subsunção como tal), em uma palavra,

suturado⁴” (Miller, 1990, p. 61, tradução nossa). Disso resulta a inscrição da falta e sua comutação por um substituto suturante da ausência. Isto é, o zero-número é o nome que representa o zero-vazio, o lugar vazio da coisa. Considerar o zero-número como nome próprio que sutura é apontar o referente da falta.

A relação do nome próprio com o furo e a sutura não se dá sem paradoxo. Existem duas afirmações lacanianas que explicitam isso e que parecem anular uma à outra: 1. “A nominação é a única coisa de que estejamos certos fazer buraco” (Lacan, 1974-1975/inédito, p. 65) e 2. “Um nome serve também para tampar alguma coisa” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 122). O nome fura ou sutura? As duas coisas. Primeiro, o nome próprio é um significante que, vindo do Outro, divide o sujeito; ele mostra que não há nada que venha do Outro que seguramente o garanta. Na medida em que o sujeito tenta se valer de um significante para se nomear e se localizar, ele não consegue se achar e aparece somente em intervalos (Lacan, 1958-1959/2016). O nome próprio sugere o nível do furo como Lacan (1964-1965/2006, p. 74) nos mostra: “não é como indivíduo que me chamo Jacques Lacan, mas como alguma coisa que pode faltar, mediante o que esse nome vai em direção? Recobrir uma outra falta”.

Em segundo lugar, portanto, o nome próprio tem como função dar uma falsa aparência de sutura à falta estrutural, pois na relação do sujeito com o seu nome próprio está implicada a sua identificação (Lacan, 1964-1965/2006). Isso porque o sujeito supõe “o significante para articulá-lo, inclusive sob a forma na maioria das vezes ambígua, imprópria, mal manejável e sujeita a todas as espécies de reserva e de distinções que o A é A” (Lacan, 1961-1962/2003, p. 53-54). Ou seja, o sujeito faz parecer que o nome equivale a si mesmo, ou mais precisamente, que ele equivale ao seu nome. Como se o nome fosse a coisa, ou mais precisamente, como se o nome próprio fosse a própria pessoa. No entanto, não se trata de uma verdadeira sutura, o nome próprio possibilita uma “falsa aparência de sutura” (Lacan, 1964-1965/2006, p. 74) aos furos do sujeito que nunca são efetivamente obturados.

Uma metáfora que pode nos ajudar a pensar a função da sutura é a calça remendada usada em quadrilhas de Festa Junina. A calça esburacada recebe sobre o furo um tecido que visa fechá-lo, no entanto o que ele faz ao tampar o buraco é também evidenciá-lo. Nisso implica que, por mais que não haja

um significante que venha do outro que garanta o sujeito, é somente por meio da articulação significativa que o sujeito pode se identificar como tal.

Até o momento acompanhamos os principais autores que Lacan interpela no percurso para abordar o nome próprio, especialmente a partir da identificação; por meio das articulações que realiza a partir do trabalho de Lévi-Strauss, observamos a relação do nome próprio com o furo estrutural do sujeito e a aparência de sutura, bem como a significação na constituição do sujeito. Lacan também recolhe uma referência externa à linguística que toca aquele que é nomeado: o doador de nome que, com o nome, doa algo de si.

KRIPKE, O SIGNIFICANTE PURO E A LETRA COMO LITORAL

Kripke não tem a sua teorização comentada por Lacan, mas nos seminários 21 - *Les non-dupes errent* e 22 - *RSI* encontramos referências indiretas ao seu livro *Naming and necessity*. A despeito do silêncio de Lacan sobre esse trabalho, alguns autores (Miller, 2010; Laurent, 2002; Žizek, 1992) associaram as duas teorias. O principal ponto de convergência destacado entre os autores foi abordado por Lacan dez anos antes da publicação do trabalho de Kripke: trata-se do que Kripke abordou como *designador rígido*.

Kripke (1972/2012) se dedicou à lógica modal: a lógica do necessário e do possível que explora as relações entre a maneira que as coisas são, têm de ser e poderiam ser. A sua principal tese é de que os nomes próprios são designadores rígidos, ou seja, são termos singulares que designam “a mesma coisa em todos os mundos possíveis” (Kripke, 1972/2012, p. 134). Por mundos possíveis são entendidos mundos estipulados na língua e referência de significação do falante. Ao fazer o uso do termo designador rígido, Kripke marca uma diferença fundamental da sua teoria em relação à dos teóricos que tomam o nome próprio pela via de descrições definidas. Os argumentos modais que usa para criar mundos possíveis exploram essa diferença.

Assim, é por considerar o nome próprio um designador rígido que o trabalho de Kripke se aproxima do de Lacan (Rosa, 2015). O nome próprio, segundo Lacan (1961-1962/2003), diz respeito à função

do significante em seu estado puro, ele é uma marca distintiva cuja materialidade aparta qualquer sentido inerente. O enunciado do nome próprio se iguala à sua significação (Lacan, 1966/1998), de modo que Lacan refere-se a ele como um significante que se fixa à referência e que isoladamente não significa nada. Podemos lançar aqui uma questão: se o nome próprio é um significante puro, em que enunciado e significação coincidem, como fica a questão da identificação e da significação do nome próprio? Consideramos que uma resposta possível é fazer intervir a função da letra no nome próprio. Se por um lado vimos a letra enquanto suporte material do significante e marca, no Seminário 18 - *De um discurso que não fosse semblante*, a letra ganha outra função: de litoral.

A letra é o que faz litoral entre saber e gozo (Lacan, 1971/2009). Não se trata de uma fronteira clara, mas de uma articulação de elementos que preservam o furo e a descontinuidade, bem como permite uma conexão entre o simbólico e o que se destaca dele (Mandil, 2003). A letra, portanto, marca o encontro contingente entre saber e gozo e relaciona dois registros heterogêneos: simbólico e real, configurando entre eles uma borda (Carvalho, 2004). Assim, a função da letra possibilita ao nome agregar significações que não lhe são necessariamente próprias e, por outro, permite inscrever um gozo insensato no nome próprio que resiste ao trabalho de interpretação. Tal resistência “reitera a dimensão de repetição, de busca contínua da melhor inscrição, de escavação incessante sem termo final” (Mandil, 2003, p. 51). Ou seja, o nome próprio não possui uma significação inerente, mas a partir dele uma série de referências podem ser forjadas ao mesmo tempo que ele preserva algo que resiste ao trabalho de significação e o lança para o real, o gozo.

O *naming*, termo que Lacan parece retirar da obra de Kripke, “como nome próprio, precede, é um fato, a necessidade pela qual ele não cessará de ser escrito⁵” (Lacan, 1973-1974/inédito). O nome próprio, portanto, não cessa de se escrever. A nomeação no último ensino de Lacan (1974-1975/inédito) é o quarto elemento⁶ da sua teorização sobre os nós. Esse quarto elemento, o nome próprio, está emparelhado ao Imaginário e vem do Simbólico, cuja noção de referente visa o Real: “é enquanto Real que aquilo que os lógicos imaginam como Real dá seu suporte ao referente” (Lacan, 1974-1975/inédito, p. 69). Ou seja, o referente aqui

ganha um *status* completamente original, pois não se trata apenas da pessoa que é nomeada, mas de algo do real que a concerne. Zizek (1992), valendo-se da terminologia de Kripke, afirma que o Real é a pedra na qual todas as tentativas de simbolização tropeçam. E, como tal, pode ser lido como pertencente à mesma ordem do sintoma; mais precisamente o sintoma pode funcionar como nome próprio, cuja designação é possível *a posteriori*, ou seja, via construção ou invenção do sujeito (Mandil, 2003; Rosa, 2015). De tal forma é constituído o sintoma: a obediência a uma regra estritamente privada, sem que se saiba que obedece a uma regra, sem que o sujeito se perceba.

O fato de o nome sempre se escrever não quer dizer que ele signifique o sujeito, ou seja, que lhe garanta uma identidade via significante nome próprio. Miller (2010) infere que isso já está em Lacan quando ele afirma que “o sujeito só designa seu ser ao barrar tudo aquilo que ele significa” (Lacan, 1966/1998, p. 700). A designação disso que Lacan aponta como o ser do sujeito não diz respeito, portanto, ao que se significa. Trata-se de outra nomeação, que extrapola aquela a partir da qual o sujeito pode se reconhecer via identificação. Implica dizer que nesse caso não é do nome próprio enquanto nome de batismo que Lacan faz referência, mas do nome do que no sujeito é refratário à ordem significante.

DESCARTES, A IDENTIFICAÇÃO E O TRAÇO UNÁRIO

Descartes (1996) estabelece um método que parte da dúvida como princípio e do pensamento como a única certeza da existência e possibilidade de conhecer a verdade. Ele comenta que “pelo fato mesmo de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas seguia-se mui evidente e mui certamente que eu existia. [...] compreendi por aí que era uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar” (Descartes, 1996, p. 92). Quando o sujeito se identifica, é por meio de algo como um *Eu sou Fulano* que ele o faz. A garantia da existência do ser, para Descartes (1996, p. 92), está localizada no pensar que permite que se diga Eu “sou o que sou”. Lacan (1954-1955/1987), por seu turno, afirma que pela consciência reflexiva não é possível chegar a um julgamento da existência propriamente dita. O inconsciente “escapa totalmente a este

círculo de certezas no qual o homem se reconhece como um eu” (Lacan, 1954-1955/1987, p. 16). Ora, o sujeito do inconsciente nos confronta com o não pensamento como causa possível do próprio pensamento; Lacan (1968-1969/2008, p. 13) declara: “meu pensamento não é regulável a meu bel-prazer”. Por isso, o *Eu* do homem moderno é tido como uma miragem de objetivação (Lacan, 1966/1998).

Lacan (1954-1955/1987, p. 15) argumenta que não há garantias de que o “*Eu*” do “*Eu penso*” equivale ao “*Eu*” do “*Eu sou*”, o que suscita que tudo se organiza “numa dialética em que [eu] é distinto do Eu”. Isso quer dizer que o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação não se confundem, há uma indeterminação constitutiva do sujeito inclusive no que ele pode dizer sobre si. Razão pela qual a verdade do sujeito do inconsciente é “penso onde não sou, logo sou onde não penso” (Lacan, 1966/1998, p. 521). Essa é outra forma de dizer a conhecida frase freudiana: o Eu “não é nem mesmo senhor de sua própria casa” (Freud, 1916-1917/2014, p. 381). Apesar de o sistema consciente produzir uma nomeação instável, como já observado, Lacan (1961-1962/2003) se interessa pelo que o cogito pode ter de operante. O que ele extrai da relação entre o *Eu sou* e o *Eu penso* pode ser escrito da seguinte maneira:

$$\begin{array}{c} \underline{\text{Eu sou}} \leftarrow \underline{\text{Eu penso}} \\ \underline{\text{Eu sou}} \leftarrow \underline{\text{Eu penso}} \\ \text{Eu sou} \leftarrow \text{Eu penso} \end{array}$$

Podemos ler o esquema da seguinte maneira: *Eu penso que Eu penso que Eu sou* que faz série. Ou seja, o *Eu sou* se constitui retroativamente pela “reprojeção do que se constitui como significado do penso [...] é tão verdadeiro que ele não é, posto que ele só é ao pensar a pensar, é todavia correlativo, indispensável” (Lacan, 1961-1962/2003, p. 109). Extraímos duas consequências dessa afirmação. A primeira, que o ser do sujeito não corresponde ao que é tangível ao pensamento; a segunda, que o que se estabelece como significado do *Eu penso* é indispensável. E por que é indispensável? Porque, na medida em que o sujeito toma a palavra para falar de si, ele se torna idêntico àquele do qual fala (Lacan, 1966/1998), montando um *corpus* linguístico pelo qual se reconhece e se faz conhecer.

As significações enlaçadas pelo sujeito têm como um dos pontos de ancoragem o nome próprio. Como o nome próprio acompanha o sujeito ao longo da vida, dá uma impressão de continuidade.

A identificação, nesse sentido, é uma operação essencial do pensamento (Lacan, 1964/1988) e, por assim ser, é possível dizer que o *cogito* destaca o surgimento da identificação do sujeito com aquilo que ele acredita ser. E isso importa à nomeação, pois “qualquer que seja a distância onde se produz a relação com o nome próprio, a identificação do sujeito está implicada” (Lacan, 1964-1965/2006, p. 96). Nesse sentido, a nomeação se insere nos “modos pelos quais um sujeito reconhece a si próprio por meio da linguagem” (Mandil, 2003, p. 180). Importante frisar que a identificação se opõe à identidade, pois o que está em jogo é aquilo que o sujeito pensa que é; não uma pretensa unidade ou essência. Aliás, é porque a identidade falta que o recurso à identificação se faz necessário (Miller, 2010). É principalmente a partir da parcialidade da identificação a traços mínimos, ou seja, a segunda vertente apresentada por Freud que Lacan (1961-1962/2003) se dedicará ao tema. A identificação pressupõe que um significante que está no Outro representa o sujeito, fazendo-o se identificar “ao mesmo tempo que permanece como conjunto vazio. Trata-se do que Lacan chama de divisão do sujeito. Por um lado, o sujeito permanece como conjunto vazio e é representado com significante” (Miller, 2012, p. 18). O conjunto sempre vazio da identidade recebe significantes do Outro (traços) que, pelo efeito da identificação, lhe dão uma aparência de sutura.

A referência ao 0 e 1 em Frege, como vimos, remete também à função própria do significante de não se identificar a si mesmo. Para demonstrar essa dessemelhança, Lacan (1961-1962/2003) lança mão do caractere chinês: de um lado, ele escreve alguns caracteres com a sua própria caligrafia e, do outro, ele faz uma escrita com caracteres mais comuns - o que é escrito não é relevante, mas sim os efeitos da escrita. Pois bem, apesar das duas escritas apresentarem a mesma frase e serem identificáveis, elas não são idênticas. O que muda é o traço que marca o quadro. Do mesmo modo ocorre com o nome próprio. Ainda que os nomes tenham a mesma sequência de letras, cada um receberá o seu próprio traçado, ficando algo como *Allice* e *ALICE* e *Alíce* e [...] (Andrade, 2016). Ademais, o nome próprio é um significante e como tal não é tratado de forma homogênea, ou seja, cada um que

pronuncia um nome o articula a partir de uma certa referência, que pode não coincidir com o de outras pessoas.

Como o nome será escrito para cada sujeito é uma questão a ser verificada somente quando ele se puser a falar. O que faz com que um nome (significante puro) seja escrito de uma determinada forma é da ordem da contingência, do acaso, e não diz respeito apenas àquilo que o sujeito pode elaborar racionalmente. Assim, se por um lado o pensamento tem importância na identificação do sujeito, por outro lado ele não é suficiente para explicar a identificação do sujeito a certos significantes, ou porque o sujeito faz entrar certas significações no nome próprio e não outras. O exemplo dado por Lacan dos caracteres chineses visa sublinhar a essência do significante, o *einzigster Zug* (traço único) de Freud, lido em Lacan (1961-1962/2003) como o traço unário. Para Lacan (1960-1961/1992), o traço unário é a origem de tudo o que interessa aos analistas como saber e meio do gozo. Enquanto na mítica judaico-cristã no princípio estava o Verbo, no campo humano no princípio está o traço unário (Lacan, 1962-1963/2005).

O significante puro faz surgir no mundo o traço unário (Lacan, 1961-1962/2003), mas não de qualquer lugar. O 1 do traço unário, diz respeito aos *effaçons* - neologismo criado por Lacan (1961-1962/2003) que condensa a forma do significante e o seu valor de apagamento da coisa: *façon*, forma e *effacement*, apagamento/rasura. Ou seja, o traço unário surge no lugar onde o objeto se perdeu deixando como um resto dessa operação a função da perda, o objeto *a* (Lacan, 1968-1969/2008). O objeto *a* é o que escapa à nomeação do sujeito, pois ele não responde à representação. Ele é uma unidade de gozo (Miller, 1998) que testemunha sobre a impossibilidade natural e integral da aquisição dos objetos por meio da linguagem (Ravanello; Dunker; Bevidas, 2017). Objeto que Lacan (1966/1998) também designou como objeto de desejo. É por meio dos *effaçons*, portanto, que o significante vem à luz e do movimento de apagar o objeto que o traço unário retém deste a unicidade (Lacan, 1961-1962/2003).

Por isso o traço unário é a marca da diferença absoluta, que diz respeito ao nexos pelo qual algo se distingue do que o cerca. Quer dizer que cada sujeito recebe uma marca singular e, por isso, encarna o seu

nome também de maneira singular, não sendo possível fazer um grupo de pessoas chamadas Alice sem considerar que ali está inscrito 1, mais 1, outro 1, e assim sucessivamente. O traço unário como suporte da diferença significativa é exatamente o que todos os significantes têm em comum; ele garante que um não é igual ao outro (Lacan, 1961-1962/2003). A despeito disso, o traço unário é também o que possibilita que haja série, ele faz prevalecer uma decodificação orientada no pensamento humano (Lacan, 1974-1975/inédito). Dito de outro modo, a marca orienta uma certa leitura viciada da realidade pela função do traço unário. A marca designa algo radical para a experiência originária e, com o desígnio de fazer retornar a experiência que deixou a marca, faz um movimento de repetição, projetando-o indefinidamente (Lacan, 1968-1969/2008). Por isso, o que repete no traço unário nunca é o mesmo, é a própria ordem da linguagem (Lacan, 1969-1970/1992). Ou seja, por não ter elaboração no campo do sentido e não se esgotar pelo pensamento, toda vez que se repete é como se fosse a primeira vez, razão pela qual o movimento recorrente passa despercebido pelo sujeito.

O traço unário permite articular o simbólico com o real e implica na marca da falta estrutural, sem sentido e sem representação que é condição para as demais marcas que constituirão a cadeia significativa do sujeito (Haddad, 2014). Na mesma direção caminha a nomeação, pois o nome próprio “é um ponto de capitonê, não entre significante e significado, mas entre simbólico e real” (Miller, 2000-2001, p. 99, tradução nossa). Desse modo, o nome próprio, tal como o traço unário que lhe diz respeito, não aponta apenas para o simbólico como também para o real.

SINTHOMA E NOME PRÓPRIO

Segundo Lacan (1975-1976/2007), nunca nos reconhecemos no que somos. O ser do sujeito não se apresenta no registro da identificação, pela via do *Eu sou Fulano*. Por isso também o nome não apresenta a essência do ser. Existe um outro nome pelo qual o sujeito se nomeia sem saber, sob o qual Lacan (1966/1998, p. 834) pergunta: “de onde provém esse ser que aparece como que faltando no mar dos nomes próprios? Não podemos perguntá-lo a esse sujeito na condição de [Eu]”. Em outras palavras, esse

nome o sujeito não pode encontrar via *Eu penso que Eu penso que Eu sou*. Trata-se de um nome próprio situado “no nível da substância gozante” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 36) e que Lacan, a partir de James Joyce, faz um esforço de formulação no *Seminário 23 - O Sinthoma*.

O nome próprio, dirá Lacan (1975-1976/2007), é em James Joyce alguma coisa estranha e é também o que ele valoriza à custa do pai. Na leitura lacaniana, Joyce é um homem sobrecarregado de pai e a sua arte é uma forma não apenas de fazer subsistir a sua família, mas torná-la ilustre (Lacan, 1975-1976/2007). Ainda segundo Lacan, *Ulisses* traria indícios de que Joyce, renegando o pai, permaneceria fixado nele. Tal questão é centrada em torno do nome próprio, pois, através do nome, Joyce buscou compensar a carência do pai (Lacan, 1975-1976/2007). Recordemos que Lacan destaca a importância dada ao doador do nome que extrai de Lévi-Strauss. O doador do nome é o elemento estrangeiro ao campo propriamente linguístico nada banal para o portador do nome, e, nesse caso, nada insignificante para James Joyce.

O pai para a psicanálise, no que concerne a este artigo, não está ligado à função natural, mas à função significativa. Com isso não queremos dizer que a função significativa do pai não pode se ligar ao pai biológico, mas que o ultrapassa. Importa que “na experiência analítica, o pai nunca é senão um referencial [...] um termo da interpretação analítica. A ele se refere alguma coisa” (Lacan, 1971/2009, p. 161-162). O pai pode ser o genitor, mas antes que tenhamos qualquer certeza sobre isso, é o nome do pai que cria a função do pai (Lacan, 2005). O pai enquanto operador simbólico é a-histórico, conta mais o seu lugar no ponto mítico da origem da história singular do sujeito. Ao falar de um operador a-histórico apontamos que a assunção da história no registro da autobiografia excede os fatos em si. Por conseguinte, o operador da função do pai extrapola o que foi o pai biológico, que é sempre discordante com relação à sua função (Lacan, 1953/2008). Importam as versões singulares em direção ao pai, o pai enquanto invenção. A versão de Joyce, por exemplo, é a de um pai carente que demandava uma compensação e a sua obra foi o meio utilizado para fazer isso. Cada um forja a própria versão do que foi ou é o pai, que pode influenciar a relação com o nome próprio, com o que julga ser ou o que pode ser seu destino.

Mediante a relação implicada na obra de Joyce, Lacan (1975-1976/2007) oferece a ele um outro nome pelo qual acredita que Joyce se reconheceria na dimensão da nomeação: *Joyce o sinthoma*. Seria esta uma nomeação capaz de ultrapassar aquela, sempre insuficiente, que fora oferecida por seus pais. *Joyce o sinthoma* e “toda sua obra é um longo testemunho disso” (Lacan, 1975-1976/2007, p. 68), afinal, “a arte de Joyce é uma coisa tão particular que o termo sinthoma é de fato o que lhe convém” (Lacan, 1975-1976/2007, p. 91). Joyce faz um nome próprio por meio de sua obra, que tem especial expressão em *Finnegans Wake*, no qual opera a dissolução da própria linguagem. Fazer um nome quer dizer que ele o eleva um pouquinho e o coloca como extensão do Imaginário, do Simbólico e do Real, para permiti-los consistir (Lacan, 1976-1977/ inédito). Ao abordar Joyce, Lacan fornece o exemplo paradigmático do que é o nome próprio enquanto sinthoma.

Não é pretensão deste artigo abarcar a complexidade do conceito de sinthoma, mas nos interessaram as proposições lacanianas a respeito da nomeação no último ensino e, justamente ao falar do sinthoma em Joyce, Lacan (1975-1976/2007, p. 91) centra “a coisa em torno do nome próprio”. Os conceitos do *Seminário 23*, inclusive o de sinthoma, estão longe de ser unanimidade no meio psicanalítico; os jogos de palavras e neologismos adotados por Lacan nesse *Seminário* introduziram uma obscuridade nas suas formulações que ainda se mantém densa (Tavares, 2010; Schejtman, 2015)⁸. Dito isso, o sinthoma é o empenho de escrever em um só traço o significante e o gozo (Miller, 1998). Nesse sentido, Mandil (2003) pondera que o sinthoma é tributário do esforço de Lacan articular a linguagem às experiências de satisfação pulsional, tendo na letra - pensada como litoral, um elemento precursor. Enquanto o sintoma analítico tem um sentido e está estruturado simbolicamente, o sinthoma aponta para algo da ordem do real e tem ligação com o que é feito do legado paterno (Tavares, 2010).

A arte de Joyce simularia o termo sinthoma na medida em que faz dele um puro artífice, ou seja, um homem que possui um *savoir-faire* (Lacan, 1975-1976/2007). Em Joyce isso inclui dar à língua na qual ele escrevia um uso distinto do comum - em *Finnegans Wake* isso é colocado de maneira mais radical. A partir das indicações deixadas por Lacan, Miller (2011)

conclui que o *sinthoma* se refere ao modo singular de um sujeito gozar. Assim, quando Lacan nomeia *Joyce o sinthoma*, ele oferece uma nomeação que se articula com os modos de gozo de Joyce, ou seja, a maneira de fixação da satisfação pulsional que inclui o corpo e o Outro (Miller, 2005). Para destacar esse traço de gozo da nomeação formulada por Lacan no *Seminário 23 - O sinthoma*, Miller propõe a expressão *nome de gozo*.

Ao designar *nome de gozo* busca-se evitar a confusão que poderia haver com o termo *nome próprio* no sentido vulgar. Ademais, o nome que Lacan (1975-1976/2007, p. 162-163) oferece a Joyce, por mais que não haja uniformidade na grafia⁹, aponta para o seu modo de gozar da linguagem: “se o leitor fica fascinado [por *Finnegans Wake*] é [...] por ser esse gozo a única coisa que, do seu texto, podemos pegar”; “que Joyce tenha gozado por escrever *Finnegans Wake*, isso se percebe [...] por atestar o gozo próprio do sintoma. Gozo opaco, por excluir o sentido” (Lacan, 2001/2003, p. 566). Portanto, *fazer um nome*, em Joyce, concerne ao seu modo singular de se valer da linguagem, de forma que, quando Lacan se refere a Joyce e à sua escrita, é à relação entre nome próprio e gozo que ele alude.

Assim, entendemos que o nome que falta no mar de nomes próprios é o nome de gozo. Nisso implica que a resposta encontrada para o nome do *ser do sujeito* é o *nome de gozo*; ele “é o único capaz de designar o ser faltando no mar de nomes próprios [...] um significante especial, parceiro íntimo do sujeito, algo que, sem lhe ser idêntico, lhe é central” (Siqueira, 2017, p. 17-18). Um nome sem batismo (Laurent, 2002), imposto pelo gozo e que não é dado *a priori*. Ele é o elemento invariante relativo à posição de gozo que foi utilizado por Freud para a nomeação de casos clínicos como “o homem dos ratos”, “o homem dos lobos”, “a jovem homossexual” que indicam, nos modos próprios de encaminhamento pulsional, o elemento que insiste na história de cada um (Teixeira, 2015). Isso nos leva a considerar com Mandil (2003) que a dimensão da nomeação, ao ser avaliada pela psicanálise, passa pela dimensão do gozo, pois aponta para a verdade dos modos de satisfação de um sujeito. É por não poder se nomear como tal que o sujeito compensa essa falta pagando com a sua própria pessoa (Lacan, 1958-1959/2016), encarnando os significantes que chegam do Outro das mais diversas formas, sabendo ele disso ou não.

CONCLUSÃO

Destacamos que, para Lacan (1957-1958/1999), um nome não é mais do que um significante como os outros; é importante que o tenhamos, o que não quer dizer que o acesso a ele seja possível. O manejo com o nome próprio envolve uma série de paradoxos como acompanhamos até aqui. Se por um lado ele é um significante puro intraduzível, por outro ele é uma marca aberta à leitura. O nome aponta para a falta estrutural do sujeito do mesmo modo que lhe dá aparência de sutura. Ele está enredado na identificação do sujeito a um traço que o singulariza, mas também o coloca em repetição; o nome é dado pelo outro, mas o sujeito deve encarná-lo. Há um nome que permite ao sujeito dizer *Eu sou* e há um nome do ser do sujeito ao qual ele não pode responder na condição de *Eu sou*.

O ato de nomear, ao mesmo tempo que propicia o surgimento da dimensão simbólica, evidencia que o sujeito é suposto sobre um fundo de ausência. No mesmo movimento em que o nome próprio, enquanto significante originário do Outro, divide o sujeito, ele também compõe um efeito de sutura. Ou seja, o nome próprio tanto mostra que não há um significante que vem do Outro que garanta o sujeito de forma segura, bem como implica a sua identificação. Isso porque o nome próprio, ainda que seja um significante puro, atrai para si significações, das mais diversas formas (origem da palavra, deslocamentos, condensações etc.), que fazem parecer que o sujeito equivale ao seu nome. Essa relação, à semelhança da que se estabelece entre significante e significado, só é pensável via semblante. Quando alguém diz *eu sou Fulano* faz entrar com o nome uma série de referências.

Um ponto que merece destaque nessa tessitura é que Lacan observa que o registro simbólico não dá conta de responder a todas as questões levantadas a partir do nome próprio. O sujeito pode concluir algumas coisas sobre si baseadas no corpus linguístico que toma da cultura e da família, mas a identificação não se limita à reflexão da consciência. Algo escapa ao pensamento. Ou seja, apesar de ser indispensável para que o sujeito diga aquilo que ele acredita ser, o pensamento é insuficiente para dar conta da identificação. Por mais que reconheçamos que o ambiente familiar e cultural oferece significações das quais o sujeito pode se valer,

não fica claro por que algumas se fixam e outras não - elas não se abrem a toda e qualquer direção.

Essa questão é tratada por Lacan quando amarra a significação àquilo que se coloca como causa. O que está em causa, que sulca o caminho a ser trilhado pelas significações, extrapola o registro simbólico. Isso que marca o caminho e tem *efeito de sentido* diz respeito ao inconsciente, ao real e ao gozo. Temos no nome próprio, portanto, o enlaçamento entre significação e gozo, pela relação que ele estabelece com a marca, com o traço unário e, também, com a letra - precursora do sinthoma. São esses os elementos que, em relação ao gozo, propiciam uma decodificação orientada que intervém na memória e na cadeia significante que é evocada quando um significante é dito/ouvido. Ou seja, alguns modos de manejar os significantes terão prioridade. Com isso o sujeito é lançado em uma repetição que, quando percebida, é executada como se fosse necessária. A esse respeito, por mais que no nome próprio encontremos um significante favorável para a fixação de gozo, não podemos saber *a priori* a quantidade de libido e a forma como ela será investida nele.

Possuir um nome ou fazer um nome pode ser entendido como deixar de prestar contas pelo que os outros que possuíram esse mesmo nome fizeram dele. O que há de próprio no nome tem afinidade com a heresia que o sujeito assume em relação à herança que lhe chega pelo nome próprio. E desse modo destacamos, por fim, que da posição de sujeito somos sempre responsáveis. Por isso, possuir um nome ou fazer um nome inclui a responsabilidade que cabe a cada um diante do seu destino e da sua história, envolvendo uma escolha a partir de algo imposto, como fez Joyce fez. Nesse sentido o nome próprio marca o trajeto que o sujeito pode seguir - uma marca sobre a qual será preciso escrever a sua própria marca, traçando cada letra com a sua própria caligrafia.

REFERÊNCIAS

- Andrade, C. (2016). *Lacan chinês: poesia, ideograma e caligrafia chinesa de uma psicanálise*. Alagoas: EdUFAL.
- Campos, H. (2000). *Ideograma: lógica, poesia, linguagem*. São Paulo: EdUSP.
- Carvalho, F. (2004). Letra, linguística, linguística. In *X Jornada do ALEPH - Escola de Psicanálise*. Belo Horizonte. Anais da X Jornada do APLEPH.
- Descartes. R. (1996). Discurso do método. In *Os pensadores* (61-127). Rio de Janeiro: Nova Cultural.
- Frege, G. (2009). *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: EdUSP.
- Freud, S. (2014). Conferências introdutórias à psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 13. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1916-1917)
- Gardiner, A. (1957). *The theory of proper names: a controversial essay*. Londres: Oxford University Press.
- Haddad, M. I. (2014). La especificidad del concepto de rasgo unario a la altura del seminario IX, La identificación (1961-1962) de J. Lacan: articulación y distinción entre el rasgo unario, el significante, la letra y el nombre propio. *Anuario de investigaciones*. Buenos Aires, 21, 2, 63-70. Recuperado em 07 fev. 2018 de <https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16862014000200008&lng=es&nrm=iso>.
- Harris, R. L. (Org.). (1998). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova.
- Kripke, S. (2012). *O nomear e a necessidade*. Lisboa: Gradiva. (Original publicado em 1972)
- Lacan, J. (inédito). *El seminario, libro 21: los incautos no yerran*. (Seminário original de 1973-1974)
- Lacan, J. (Inédito). *O seminário, livro 22: RSI*. (Seminário original de 1974-1975)
- Lacan, J. (inédito). *El seminario: libro 24: lo no sabido que sabe de la una- equivocación se ampara en la morra*. (Seminário original de 1976-1977)
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1972-1973)

- Lacan, J. (1987). *O seminário: livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1954-1955)
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1964)
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1966)
- Lacan, J. (1992). *O seminário: livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1960-1961)
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1969-1970)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1957-1958)
- Lacan, J. (2003). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 2001)
- Lacan, J. (2003). *O seminário, livro 9: a identificação*. Pernambuco: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Seminário original de 1961-1962)
- Lacan, J. (2005). *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1962-1963)
- Lacan, J. (2006). *O seminário, livro 12: problemas cruciais para a psicanálise*. Pernambuco: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Seminário original de 1964-1965)
- Lacan, J. (2007). *O seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1975-1976)
- Lacan, J. (2008). *O mito individual do neurótico*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1953)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1968-1969)
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1971)
- Lacan, J. (2016). *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1958-1959)

- Laurent, E. (1999) El nombre propio y la sutura. In: Laurent, E. *Las paradojas de la identificación* (p.149-167). Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós.
- Laurent, E. (2002). *Síntoma y nominación*. Buenos Aires: Colección Diva.
- Lévi-Strauss, C. (2008). *O pensamento selvagem* (8ª ed.). Campinas: Papyrus.
- Mandil, R. (2003). *Os efeitos da letra: Lacan leitor de Joyce*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Contra Capa Livraria/Faculdade de Letras UFMG.
- Miller, J.-A. (1990). La sutura: elementos de la lógica del significante. In Miller, J.-A. [Autor], *Matemas II*. Argentina: Manantial.
- Miller, J.-A. (1998). *O osso de uma análise*. Seminário proferido no VIII Encontro Brasileiro do Campo Freudiano e II Congresso da Escola Brasileira de Psicanálise. Bahia: Biblioteca Agente.
- Miller, J.-A. (2000-2001). *Le lieu et le lieu*. França: Cours de l'orientation lacanienne.
- Miller, J.-A. (2005). *Sílet: os paradoxos da pulsão, de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Miller, J.-A. (2010). Comentario del seminario inexistente. In *Conferencia Porteñas, tomo 2*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós.
- Miller, J.-A. (2011). *Perspectivas sobre os escritos e outros escritos de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Miller, J.-A. (2012). Os seis paradigmas do gozo. *Opção Lacaniana online*, 3, 7. Recuperado em 15 mar. 2017 de <<http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero7/texto1.html>>.
- Milner, J.-C. (2001). De la lingüística a la lingüistería. In Aubert, J. et al., *Lacan el escrito, la imagen*, p. 19-40. México/Buenos Aires: Siglo Veinte uno.
- Milner, J.-C. (2010). Linguística e Psicanálise. *Revista Estudos Lacanianos*, 3(4), Belo Horizonte. Recuperado em 03 jul. 2017 de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-07692010000100002&lng=pt&nrm=iso>.
- Ravanello, T., Dunker, C., & Bevidas, W. (2017). Uma via indireta para a abordagem do afeto: libido, gozo, pulsão escópica. *Tempo Psicanalítico*, 49(1), 9-36. Recuperado em 07 jan. 2018 de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S101-48382017000100002&lng=pt&nrm=iso>.

- Rosa, M. (2015). Lacan com Kripke: o real em jogo no nome próprio lido como designador rígido. *Ágora*, 18, 115-130. Recuperado em 20 nov. 2017 de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S1516-14982015000100115&lng=en&nrm=iso>.
- Russell, B. (1956). *Logic and knowledge: essays 1901-1950*. New York: The MacMillan Company.
- Schejtman, F. (2015). *Sinthome, ensayos de clínica psicoanalítica nodal*. Buenos Aires: Grama.
- Siqueira, E. (2017). Reflexões sobre o ser e o sujeito em psicanálise. *Opção Lacaniana Online*, 8(24). Recuperado em 10 fev. 2018 de <<http://www.opcaolacaniana.com.br/texto4.html>>.
- Tavares, P. (2010). O sinthome como a heresia teórica de Lacan. *Ágora*, 13(1), 25-49. Recuperado em 10 fev. 2018 de <http://www.sielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S1516-14982010000100003&lng=en&nrm=iso>.
- Teixeira, A. (2015). “Já não creio mais em minha psicótica” (Considerações intempestivas sobre a psicose ordinária). *Opção Lacaniana Online*, 6(18), 1-21. Recuperado em 10 dez. 2017 de <<http://www.opcaolacaniana.com.br/nranterior/numero18/texto8.html>>.
- Zizek, S. (1992). *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

NOTAS

- ¹ Were originally intended to fulfill this function of standing for particulars, and we do accept, in ordinary daily life, as particulars all sorts of things that really are not so. [...] are abbreviations for descriptions.
- ² For the name itself is merely a means of pointing to the thing.
- ³ The difference between proper names and substantives that are not proper names is almost purely psychological, and depends on the importance attached to the sound of the former by the linguistic community generally.
- ⁴ Por eso decimos: objeto no-idéntico a si mismo provocado (rechazado) por la verdad, instituido (anulado) por el discurso (la subsunción como tal), en una palabra, suturado.
- ⁵ en tant que nom propre - précède, c'est un fait, la nécessité par quoi il ne va plus cesser de s'écrire.

- ⁶ Em alguns momentos do último ensino, Lacan se refere ao quarto elemento como o Nome do Pai (Seminário 22) e também como Sinthoma (Seminário 23) - todos os termos estão ligados pela referência à nomeação.
- ⁷ Le nom propre, c'est un point de capiton, non pas entre signifiant et signifié, mais entre symbolique et réel.
- ⁸ Para examinar com detalhes o conceito de sinthoma sugerimos o livro de Schejtman (2015), *Sinthome - ensayos de clínica psicoanalítica nodal* e de Mandil (2003), *Os efeitos da letra - Lacan leitor de Joyce*.
- ⁹ Tanto na transcrição fonética do *Seminário 23* quanto na versão da apresentação de Lacan no *V Simpósio Internacional James Joyce* de 1975 (anexada ao Seminário 23), encontramos as expressões *sintoma* e *sinthoma* em referência ao nome próprio de Joyce: *Joyce o sintoma* e *Joyce o sinthoma*. Na versão da apresentação de Lacan de 1975 (*Joyce, o Sintoma*) incluída em *Outros escritos* (2001/2003), apenas a palavra *sintoma* (sem *th*) está presente.

Recebido em 02 de dezembro de 2018
Aceito para publicação em 21 de dezembro de 2019